

RESULTADOS  
1T14

Relações com Investidores



## CTEEP ANUNCIA RESULTADOS DO 1T14

**São Paulo, 15 de Maio de 2014** – A **CTEEP** - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP ou Companhia”) (BM&FBovespa: **TRPL3** e **TRPL4**), uma das principais concessionárias privadas do setor de transmissão de energia elétrica no Brasil, anuncia seus resultados do 1º trimestre de 2014. As informações financeiras e operacionais dos períodos a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### DESTAQUES

- **Crescimento do Lucro Líquido:** alcançou no 1T14 R\$ 85,5 milhões, aumento de 20,4% em relação ao mesmo período de 2013;
- **Aumento da Margem EBITDA:** com margem operacional de 46,9%, EBITDA atinge R\$ 105,6 milhões no 1T14 e supera em 18,5 pp o mesmo período de 2013;
- **Eficiência nos Custos e Despesas Operacionais:** redução de 24,1% registrando R\$ 137,4 milhões no 1T14 frente aos R\$ 181,0 milhões em 1T13;
- **Ampliação da Receita Líquida:** no 1T14 a receita líquida consolidada atingiu R\$ 225,3 milhões, aumento de 12,2% em relação ao 1T13;
- **Otimização da Estrutura de Capital:** liberação de R\$ 124,6 milhões, em janeiro de 2014, referentes ao contrato de empréstimo com o BNDES firmado em dezembro de 2013;
- **Proventos aos Acionistas:** a Assembleia Geral dos Acionistas realizada em março de 2014, ratificou o crédito aos acionistas na forma de dividendos no montante de R\$ 30,0 milhões correspondente a R\$ 0,196514 por ação de ambas as espécies.

#### Teleconferência:

**Dia:** 16/05/2014

**Horário:** 10h00 (Brasília)

#### Telefones:

**Brasil:** (+55 11) 3193 1001

(+55 11) 2820 4001

**USA:** (+1 888) 700 0802

**Outros:** (+1 786) 924 6977

#### Webcast:

[www.ctEEP.com.br/ri](http://www.ctEEP.com.br/ri)

### Principais Indicadores Consolidados

(R\$ milhões)	1T14	1T13	Δ%
Receita Líquida	225,3	200,8	12,2%
EBITDA	105,6	56,9	85,5%
Margem EBITDA	46,9%	28,4%	18,5 p.p
Lucro Líquido	85,5	71,0	20,4%
Margem Líquida	38,0%	35,4%	2,6 p.p

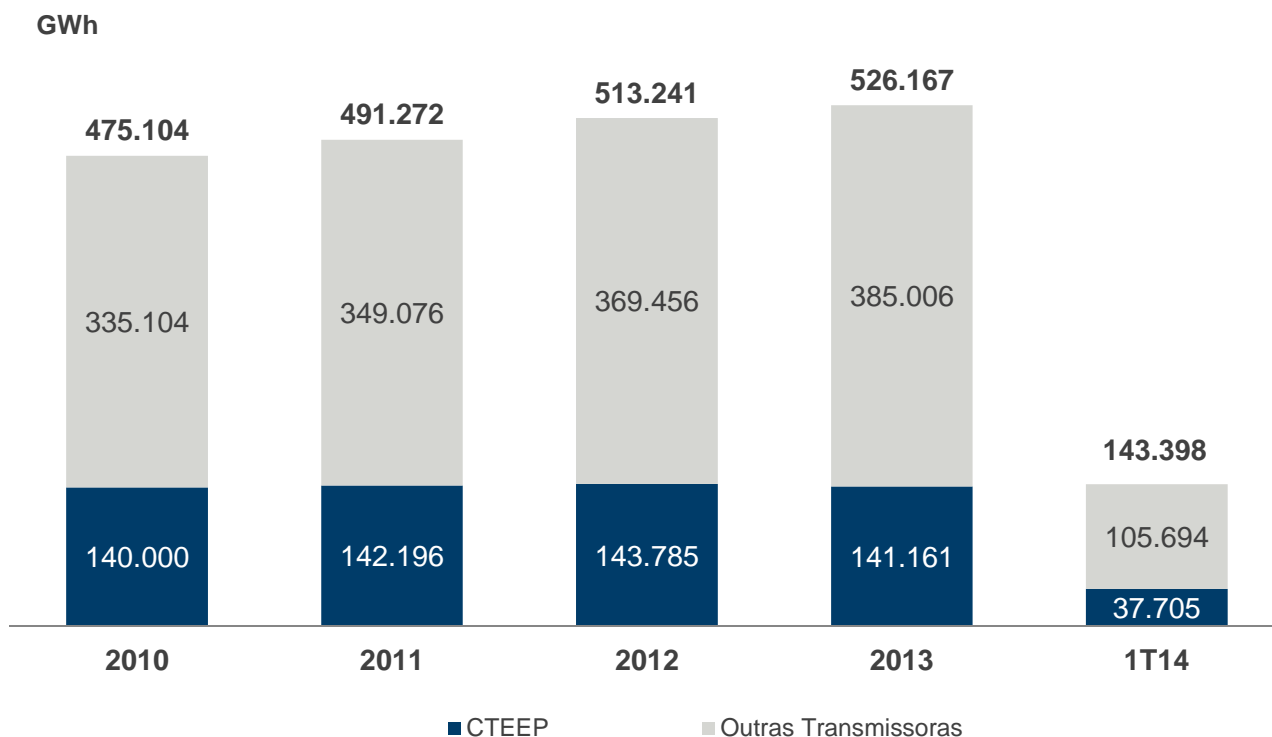
## Sobre a CTEEP

A CTEEP- Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista uma das principais concessionárias privadas do setor de transmissão de energia do Brasil, atualmente, responsável pelo transporte anual de cerca de 30% de toda a energia elétrica produzida no país, 60% da energia consumida na Região Sudeste e quase 100% no Estado de São Paulo.

Com sede na cidade de São Paulo, a CTEEP está presente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Espírito Santo. A organização detém participação acionária em empresas constituídas para a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica: IEMG (Interligação Elétrica de Minas Gerais), Pinheiros (Interligação Elétrica Pinheiros), Serra do Japi (Interligação Elétrica Serra do Japi), IEGaranhuns (Interligação Elétrica Garanhuns), IEMADEIRA (Interligação Elétrica do Madeira), IESUL (Interligação Elétrica Sul) e IENNE (Interligação Elétrica Norte e Nordeste). Além disso, em 2012, a CTEEP adquiriu 100% dos ativos da Evrecy, empresa de transmissão que pertencia à EDP Energias do Brasil S.A.

No 1T14 um total de 37.705 GWh de energia trafegaram pelos ativos da CTEEP, uma rede formada por 13.516 km de linhas de transmissão, 18.893 km de circuitos, 2.280 km de cabos de fibra óptica e 107 subestações com tensão de até 550 kV, o que totaliza capacidade instalada de 45.607 MVA. Essa rede é integrada com a de outras transmissoras, viabilizando acesso aos clientes livres, bem como a conexão das empresas geradoras e das distribuidoras, que levam a energia elétrica até os consumidores finais.

Abaixo é demonstrada a participação, em GWh, da CTEEP no Sistema Interligado Nacional (SIN) de 2010 ao 1T14. O SIN é um sistema de transmissão e produção de energia elétrica do Brasil, formado por empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte.

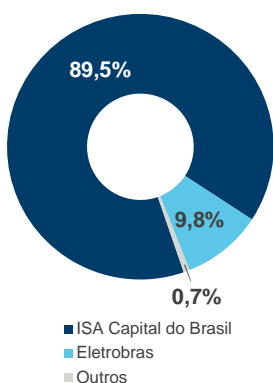


## Composição Acionária

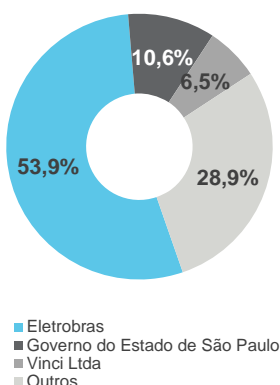
Controlada pela ISA, um dos maiores grupos de transmissão de energia da América Latina, a CTEEP tem ainda entre seus investidores a Eletrobras, maior grupo de energia brasileiro, o Governo do Estado de São Paulo e mais de 60 mil acionistas.

Com ações listadas na BM&FBovespa, a CTEEP participa, desde 2002, do Nível 1 de Governança Corporativa. Adicionalmente, a Companhia participa do programa de *American Depositary Receipts* – ADRs – Regra 144 A nos Estados Unidos.

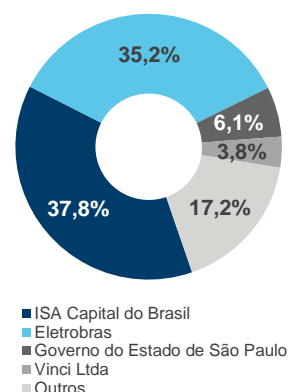
### Ações Ordinárias – TRPL3 (42% do total)



### Ações Preferenciais – TRPL4 (58% do total)



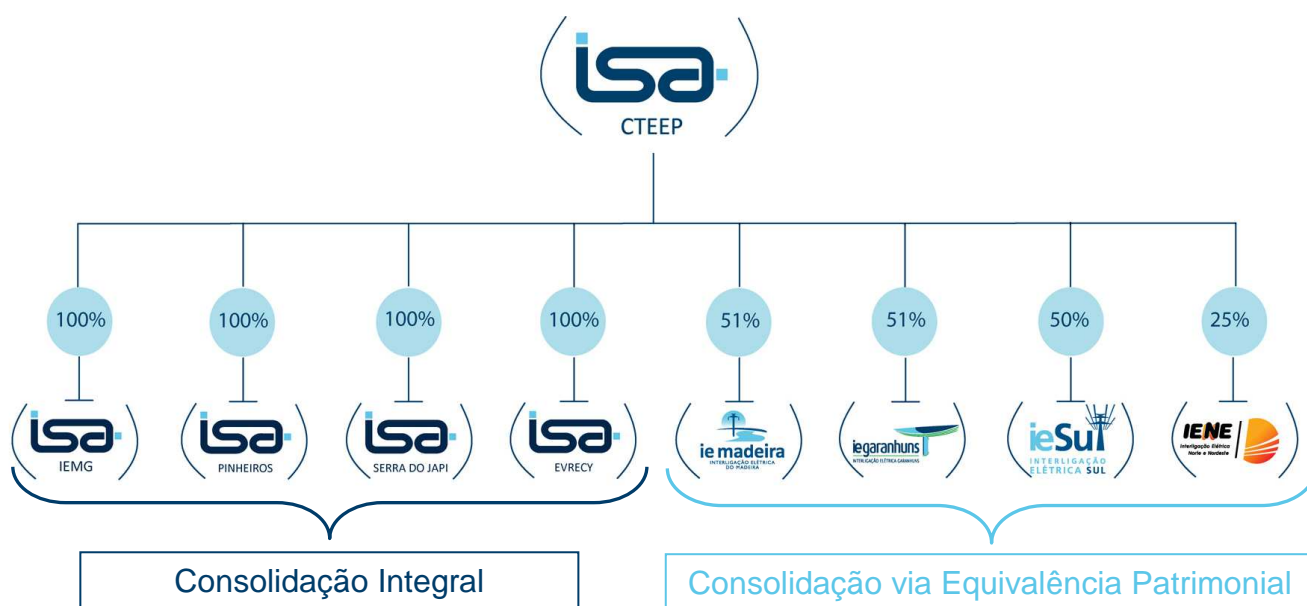
### Capital Social Total



## Estrutura Societária

A CTEEP é uma empresa que possui participações societárias, cujo resultado depende diretamente do resultado de suas controladas e de suas controladas em conjunto (coligadas ou *joint venture*). O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Abaixo são demonstradas as participações nas subsidiárias em 31 de março de 2014:



## Desempenho Operacional

### ■ Excelência Operacional

De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), o sistema elétrico brasileiro é formado por alguns sistemas isolados e pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), que atende a mais de 98% da população do Brasil. A coordenação e o controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

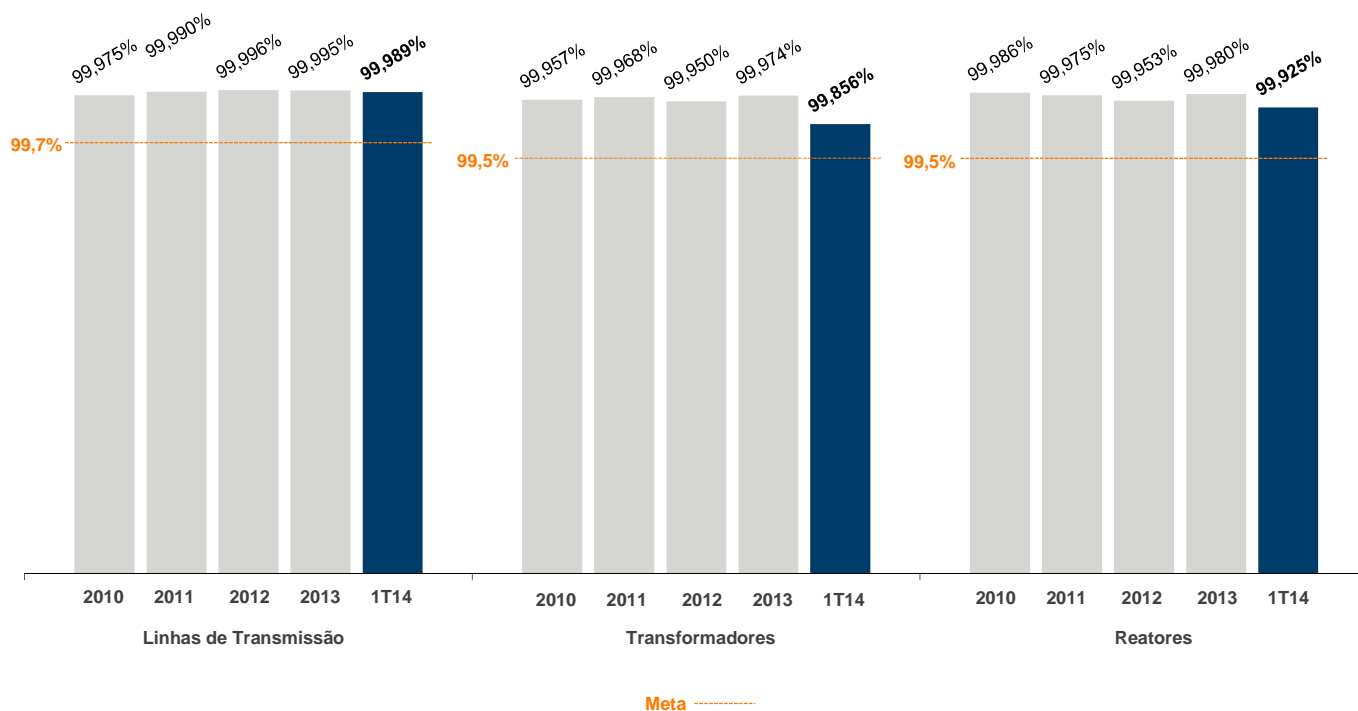
O setor tem seu marco regulatório consolidado pela Lei 10.848/2004, que define as regras de funcionamento e as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. O cumprimento dessas regras é fiscalizado pela ANEEL.

Para atender a esse cenário cada vez mais exigente, a CTEEP investe permanentemente na aplicação de novas tecnologias que agregam valor à sua rede, com forte ênfase nas atividades de operação e manutenção. Tal foco visa garantir a eficiência e qualidade na prestação de seus serviços de transmissão, mesmo porque a receita operacional da Companhia está diretamente relacionada à disponibilidade de seus ativos (linhas de transmissão, transformadores, equipamentos de compensação reativa etc). Nesse sentido, a CTEEP também possui o Plano de Otimização de Ativos (POA) e o Programa de Melhorias da Transmissão (PMT), ambos focados no aperfeiçoamento contínuo de seus equipamentos e sistemas.

A CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos através da Receita Anual Permitida (RAP). Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar uma queda de sua remuneração, por de desconto na receita auferida pela disponibilidade.

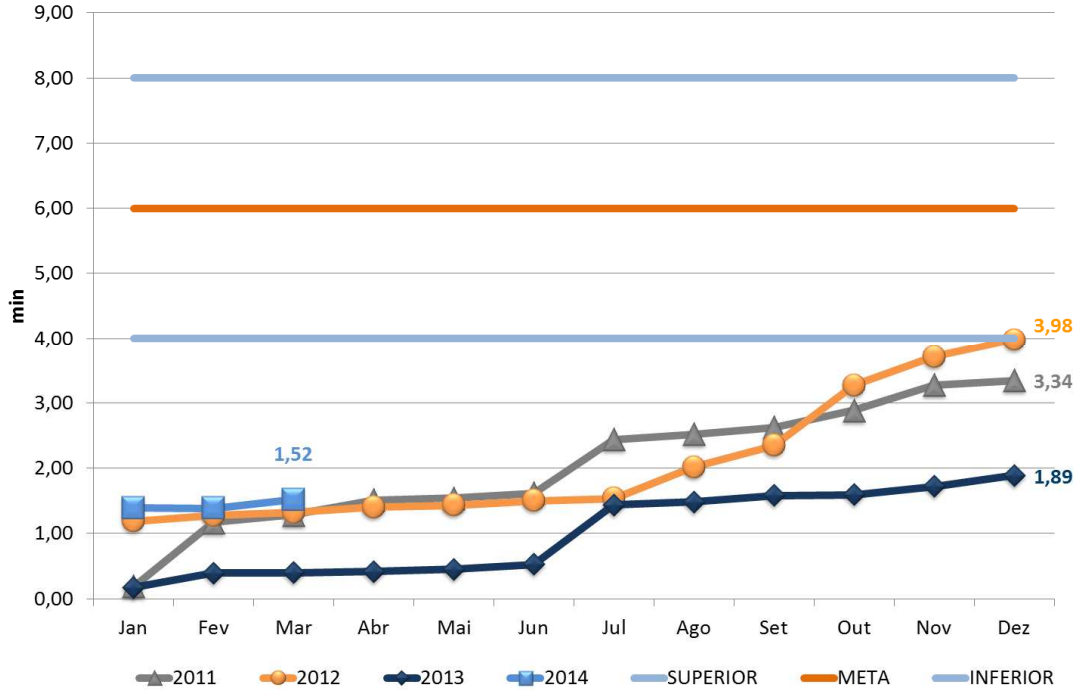
Dessa forma, os indicadores a seguir apresentam um resumo do desempenho operacional da CTEEP.

### Disponibilidade dos Ativos

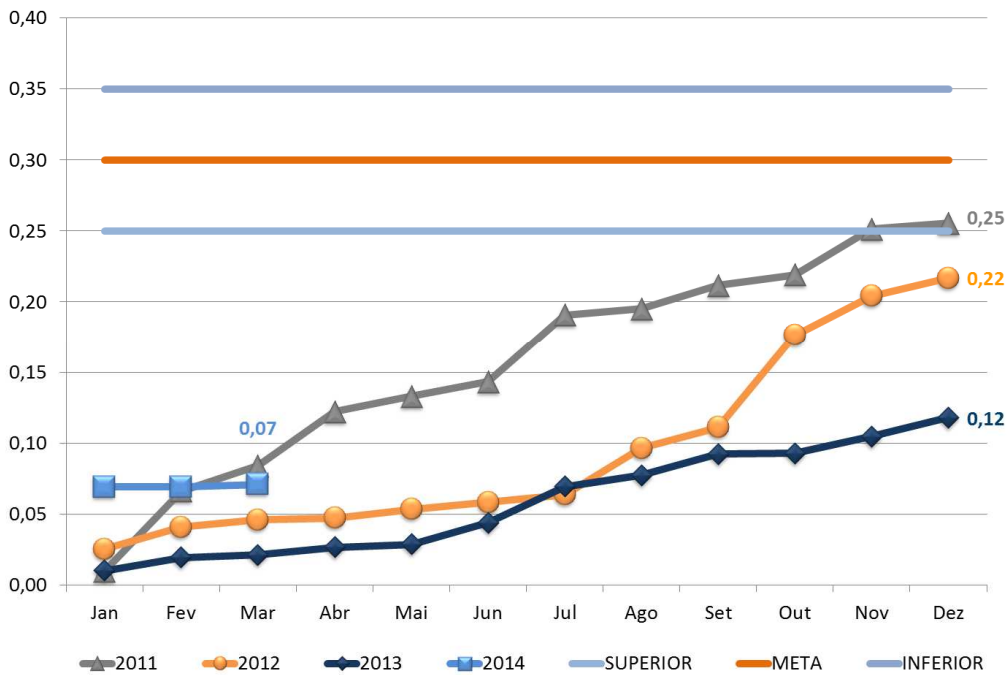




**Duração Equivalente de Interrupção (DREQ)** - Tempo equivalente de interrupção da demanda máxima expressa em minutos.



**Frequência Equivalente de Interrupção (FREQ)** - Número de vezes em que a demanda máxima é interrompida no período.



Em 31 de março de 2014, o índice DREQ dos últimos 12 meses registrado pela CTEEP foi de 2,97 (2min58seg) o que representa uma redução de 1% em relação ao acumulado nos últimos 12 meses medido em março de 2013. O índice FREQ dos últimos 12 meses foi de 0,17 vezes, uma redução de 12% em comparação ao acumulado nos últimos 12 meses medido em março de 2013.

## Desempenho Econômico-Financeiro

### ▪ Receita Operacional Bruta

No 1T14, a Receita Operacional Bruta Consolidada atingiu R\$ 252,3 milhões, crescimento de 7,8% em relação ao 1T13 quando reportou R\$ 234,1 milhões. A variação decorre principalmente do aumento de 17% na receita de operação e manutenção, combinada com a redução de 12,6% na receita de construção.

Receita Bruta (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	1T14	1T13	Δ%	1T14	1T13	Δ%
Construção	37,7	24,5	53,8%	40,7	46,5	(12,5%)
Operação e Manutenção	163,0	139,1	17,2%	168,1	143,7	17,0%
Financeira	19,5	27,0	(27,8%)	38,2	38,8	(1,5%)
Outras	6,1	5,3	15,1%	5,3	5,1	3,9%
<b>Total</b>	<b>226,3</b>	<b>195,9</b>	<b>15,5%</b>	<b>252,3</b>	<b>234,1</b>	<b>7,8%</b>

**Receitas de Serviços de Construção** - A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada.

A Receita de Construção Consolidada totalizou R\$ 40,7 milhões no 1T14, uma redução de 12,5% quando comparada ao 1T13 onde registrou R\$ 46,5 milhões, a variação decorre da entrada em operação da Subestação Atibaia II (Lote K do Leilão 004/2011) da controlada IEPinheiros, cujas obras foram concluídas no segundo trimestre de 2013.

**Receitas dos Serviços de Operação e Manutenção** - São reconhecidas no período no qual os serviços operacionais e de manutenção são prestados pela Companhia aos ativos da concessão.

As Receitas de Operação e Manutenção consolidadas totalizaram R\$ 168,1 milhões no 1T14 comparados com R\$ 143,7 milhões no 1T13, refletindo principalmente a variação positiva do IGPM/IPCA do ciclo da RAP de 2012/2013 para 2013/2014.

**Receita Financeira** - A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros forem apropriados para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

No 1T14 as Receitas Financeiras consolidadas somaram R\$ 38,2 milhões, redução de 1,5% comparada ao 1T13 quando atingiu R\$ 38,8 milhões, refletindo a variação do fluxo financeiro previsto para a realização dos valores de construção e indenização.

**Outras Receitas** - As outras receitas referem-se a aluguéis junto à empresa de telefonia fixa e prestação de serviços relacionados à manutenção e análise técnicas contratadas por terceiros.

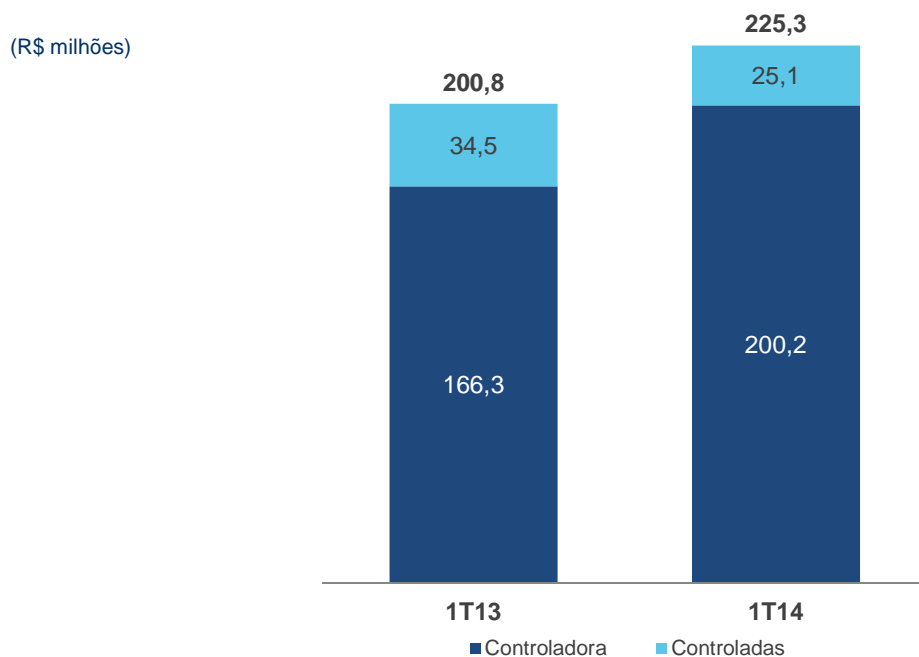
No 1T14 as Outras Receitas totalizaram R\$ 5,3 milhões, alta de 3,9% em relação ao 1T13, quando registrou R\$ 5,1 milhões principalmente por conta da correção inflacionária em seus contratos.

### ▪ Deduções da Receita Operacional

As deduções da receita operacional atingiram R\$ 27,0 milhões no 1T14, redução de 18,7% comparadas a R\$ 33,2 milhões no 1T13. A variação reflete, principalmente, (i) redução de 9,3% de tributos sobre a receita, devido alteração na alíquota de PIS e COFINS da controlada IEPinheiros, por conta da mudança do regime tributário de lucro real para lucro presumido, ocorrida a partir de janeiro de 2014; e (ii) redução de 36,8% de encargos regulatórios por conta da extinção da Conta de Consumo de Combustível (CCC) e queda na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e do Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA).

### Receita Operacional Líquida

Em decorrência dos fatores mencionados acima, a Receita Operacional Líquida Consolidada no 1T14 atingiu R\$ 225,3 milhões, aumento de 12,2% em relação ao 1T13 quando reportou R\$ 200,8 milhões.



### Custos dos Serviços de Construção, de O&M e Despesas Operacionais

Custos e Despesas (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	1T14	1T13	Δ%	1T14	1T13	Δ%
Pessoal	(56,6)	(69,2)	(18,2%)	(59,0)	(71,0)	(16,9%)
Material	(10,3)	(20,0)	(48,5%)	(14,7)	(41,7)	(64,7%)
Serviço de Terceiros	(36,9)	(43,0)	(14,2%)	(38,5)	(45,1)	(14,6%)
Arrendamento e Aluguéis	(3,8)	(3,5)	8,6%	(3,9)	(3,5)	11,4%
Contingências	(8,5)	(7,4)	14,8%	(8,5)	(7,4)	14,9%
Depreciação	(2,0)	(1,8)	11,1%	(2,0)	(1,8)	11,1%
Outros	(10,5)	(10,2)	2,9%	(11,0)	(10,5)	4,8%
<b>Subtotal</b>	<b>(128,5)</b>	<b>(155,1)</b>	<b>(17,2%)</b>	<b>(137,4)</b>	<b>(181,0)</b>	<b>(24,1%)</b>
Custos de Construção	34,2	22,3	53,4%	36,9	41,9	(11,9%)
<b>Total Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>(94,3)</b>	<b>(132,8)</b>	<b>(29,0%)</b>	<b>(100,5)</b>	<b>(139,1)</b>	<b>(27,7%)</b>

Os custos e despesas operacionais consolidados tiveram uma redução de 24,1% registrando R\$ 137,4 milhões no 1T14 frente aos R\$ 181,0 milhões em 1T13.

A redução nos custos e despesas operacionais é explicada pela:

- i. redução de 64,7% nos custos e despesas de material e redução de 14,6% nos serviços de terceiros, bem como a entrada em operação da Subestação Atibaia II da controlada IEPinheiros, cujas obras foram concluídas no 2T13;
- ii. redução dos custos e despesas com pessoal de 16,9%, decorrente das indenizações provenientes da redução de 4,8% do quadro de pessoal que elevaram essa linha no 1T13.

A respectiva receita de construção é calculada acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do custo do investimento. Para as subsidiárias em fase pré-operacional acrescenta-se ao valor do custo do investimento as despesas gerais administrativas e despesas financeiras. Os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção.

Os custos de construção acompanham a variação da receita de construção, que passou a ter maior representatividade nos custos totais, uma vez que, com o reconhecimento da receita de construção para Melhorias (Dezembro de 2013), a parcela de gastos correspondentes a estas melhorias é registrada como custo de construção e não mais como custo de operação e manutenção. Tal efeito aumenta o custo de construção e reduz o custo de operação e manutenção.

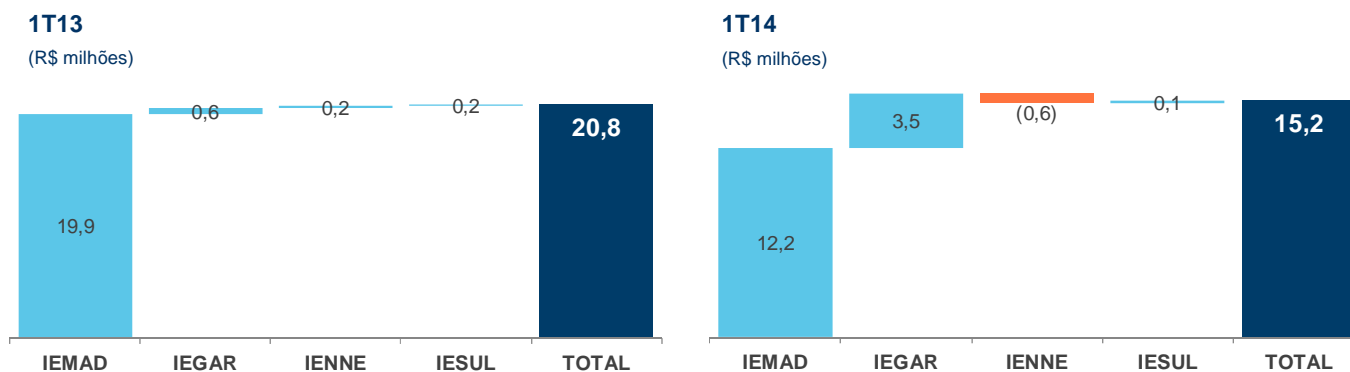
## ■ Equivalência Patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial do 1T14 registrou receita de R\$ 15,2 milhões, queda de 27,0% frente à receita de R\$ 20,8 milhões do 1T13.

O resultado financeiro consolidado das coligadas registrou despesa de R\$ 48,8 milhões no 1T14, aumento de 39,6% em relação à despesa de R\$ 35,8 milhões no 1T13. O principal fator da variação trata-se da contabilização dos pagamentos dos juros e amortizações dos financiamentos para a construção do Lote D (Linha de Transmissão) da subsidiária IEMadeira que, no período pré-operacional da obra, devem ser capitalizados e após entrada em operação do projeto, passam a ser despesas financeiras.

O resultado negativo em IENNE reflete, principalmente, o efeito da primeira revisão tarifária periódica definida pela Resolução Homologatória nº 1.540, de junho de 2013, que reduziu a RAP da subsidiária em 8,9% para o ciclo 2013/2014.

Embora a variação na receita de construção não afete diretamente o resultado da equivalência patrimonial, pois seu efeito é compensado pela variação no custo de construção, cabe destacar seu efeito na Receita Operacional Bruta consolidada das coligadas que, no 1T14, apresentou redução de 25,5% (R\$ 101,5 milhões), impactada, principalmente, pela variação na receita de construção que foi reduzida em R\$ 174,6 milhões pelo início da operação da Linha de Transmissão da IEMadeira, ocorrida em agosto de 2013, e majorada em R\$ 76,0 milhões pelo avanço das obras da subsidiária IEGaranhuns. Como mencionando, a redução nos custos e despesas operacionais acompanha a queda na receita de construção.



## Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado atingiu receita de R\$ 9,9 milhões no 1T14 apresentando redução de 74,7% em relação aos R\$ 39,0 milhões no 1T13, devido ao:

- i. reconhecimento de receitas de variação monetária e de juros ativos no montante de R\$ 58,3 milhões no 1T13, comparado com R\$ 30,2 milhões no 1T14, referentes à atualização pelo IPCA + 5,59% do contas a receber de ativo de indenização – Lei nº 12.783, sendo que no 1T13 a maior parte dessa atualização refere-se a parcela recebida à vista (50% do total), o saldo está sendo recebido em parcelas mensais até julho de 2015; e
- ii. redução dos juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos, devido à liquidação de alguns contratos na Controladora.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	1T14	1T13	Δ%	1T14	1T13	Δ%
Rendimento de aplicação financeira/Juros Ativos	24,3	45,8	(47,0%)	25,0	46,1	(45,7%)
Receita de variações monetárias líquidas	18,6	30,6	(39,2%)	18,6	30,6	(39,2%)
Variações cambiais	0,0	(0,4)	-	0,0	(0,4)	-
Resultado das operações de Hedge (*)	0,0	(1,3)	-	0,0	(1,3)	-
Juros e encargos sobre empréstimos	(28,9)	(31,1)	(7,2%)	(33,7)	(35,5)	(5,2%)
Outras	0,0	0,1	42,1%	(0,1)	(0,4)	(75,0%)
<b>Total</b>	<b>14,1</b>	<b>43,6</b>	<b>67,7%</b>	<b>9,9</b>	<b>39,0</b>	<b>(74,7%)</b>

(\*) Inclui encargos sobre CCB Internacional e Comercial Paper.

## Imposto de Renda e Contribuição Social

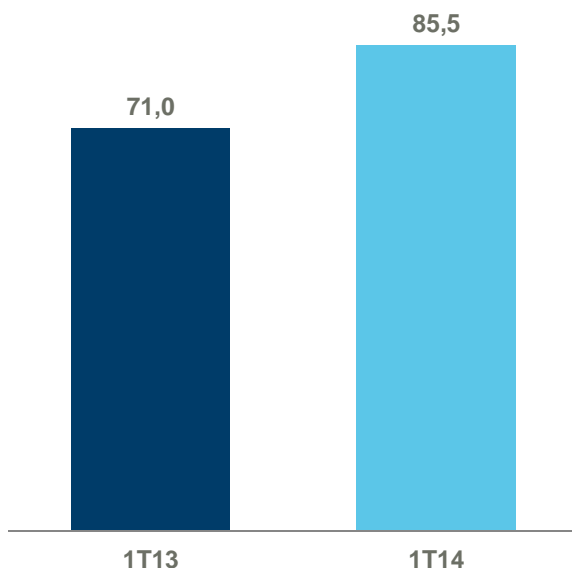
A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

As despesas com imposto de renda e contribuição social aumentaram R\$ 4,1 no 1T14 em relação aos R\$ 15,7 milhões no 1T13. A taxa efetiva foi de 18,8% no 1T14 comparado com 18,1% em 1T13.

## ▪ Lucro (Prejuízo) Líquido

Em decorrência dos fatores mencionados anteriormente, o lucro líquido do 1T14 atingiu R\$ 85,5 milhões, um aumento de 20,4% em relação ao 1T13. O lucro por ação, básico e diluído, atingiu R\$ 0,56.

(R\$ milhões)



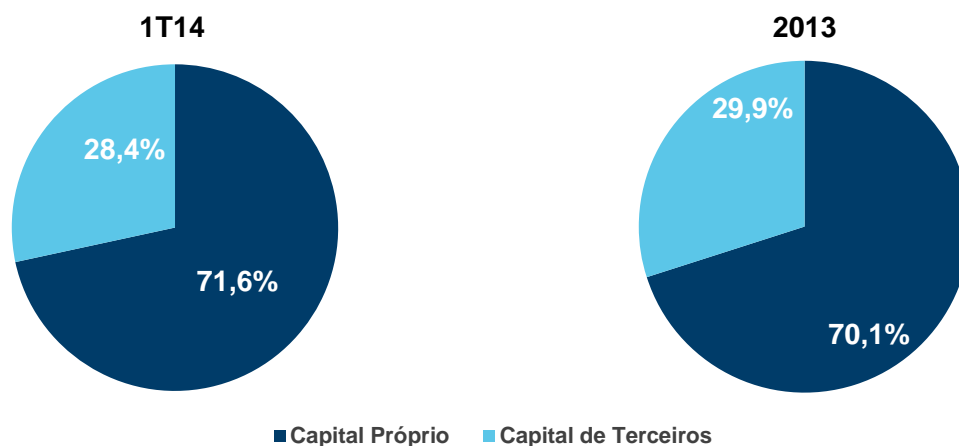
## ▪ EBITDA e Margem EBITDA

O Ebitda Consolidado, conforme ICVM 527/12, atingiu R\$ 105,6 milhões no 1T14, aumento de 85,6% frente ao mesmo período de 2013, quando registrou R\$ 56,9 milhões.

EBITDA (R\$ milhões)	Controladora		Consolidado	
	1T14	1T13	1T14	1T13
Lucro (prejuízo) Líquido	85,5	71,0	85,5	71,0
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	21,4	14,9	19,8	15,7
Resultado financeiro líquido	(14,1)	(43,6)	(9,9)	(39,0)
Depreciações e amortizações	10,1	9,3	10,1	9,3
<b>EBITDA ICVM nº 527/12</b>	<b>103,0</b>	<b>51,6</b>	<b>105,6</b>	<b>56,9</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>51,5%</b>	<b>31,0%</b>	<b>46,9%</b>	<b>28,4%</b>

## Estrutura de Capital

### Composição



### Endividamento

A dívida bruta consolidada em 31 de março de 2014 somou R\$ 1.337,7 milhões, aumento de 7,9% em relação a ao final de 2013 quando registrou R\$ 1.239,5 milhões. As disponibilidades da Companhia somavam R\$ 502,2 milhões, valor R\$ 97,9 milhões inferior ao registrado em 31 de dezembro de 2013.

Dessa forma, a dívida líquida consolidada totalizou R\$ 835,5 milhões, representando um aumento de 30,7% em relação à dívida líquida ao final de 2013. A variação é decorrente, principalmente da captação junto ao BNDES de R\$ 124,1 milhões, ocorrida em janeiro de 2014, conforme contrato de empréstimo assinado em dezembro de 2013 no montante de R\$ 391,3 milhões.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ milhões)	1T14	2013
Dívida Bruta	1.337,7	1.239,5
Curto Prazo	383,7	377,7
Longo Prazo	954,0	861,8
Disponibilidades*	502,2	600,0
Dívida Líquida	835,5	639,5

(\*) A partir de janeiro de 2013, a Companhia concentrou as suas aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos. Referem-se a quotas de fundo de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos.

Os principais indicadores financeiros (covenants) que a CTEEP está submetida são estabelecidos pela 1ª emissão de debêntures simples e pelos contratos de financiamentos com o BNDES:

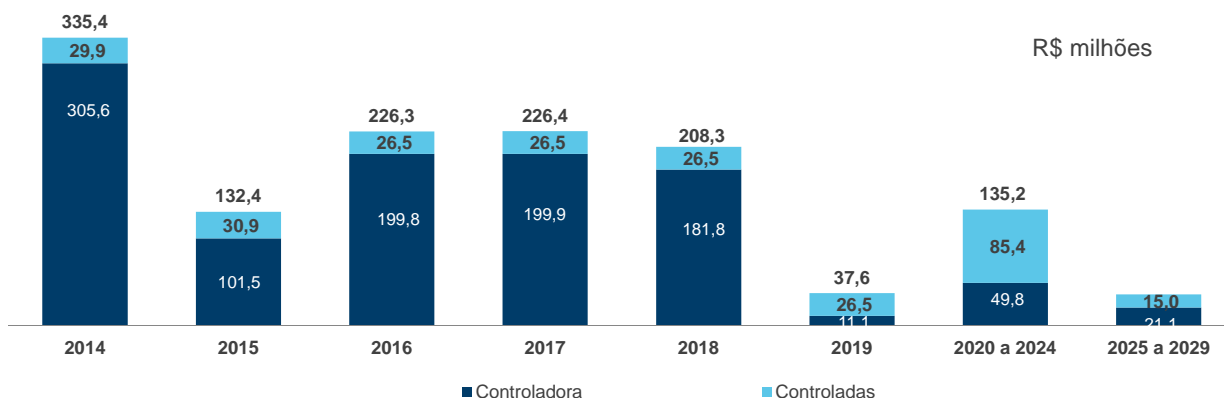
- i. **Debêntures:** os indicadores financeiros estabelecidos na escritura são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Debêntures  $\leq 3,5$  e EBITDA Ajustado Debêntures/Resultado financeiro  $\geq 3,0$ , apurado trimestralmente. As exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas na 1ª Emissão de Debêntures Simples da CTEEP estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia;
- ii. Contratos de financiamento do **BNDES:** indicadores financeiros máximos são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES  $\leq 6,0$  e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)  $\leq 0,6$ , apurados anualmente. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à participação por ela detida), desde que detenha participação acionária igual ou



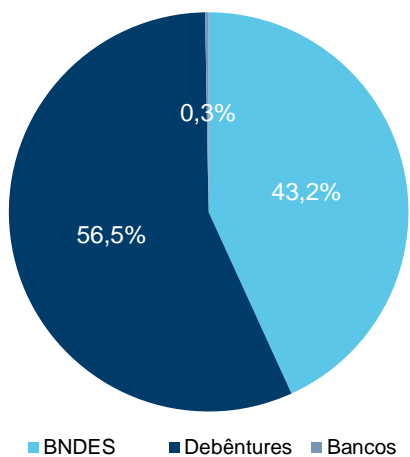
superior a 10%. Inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants).

O custo médio da dívida consolidada passou de 9,5% a.a. em 31 de dezembro de 2013 para 9,8% a.a. em 31 de março de 2014. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento na curva do CDI. O prazo médio da dívida consolidada em 31 de março de 2014 manteve-se no mesmo patamar de 31 de dezembro de 2013 de 2,6 anos.

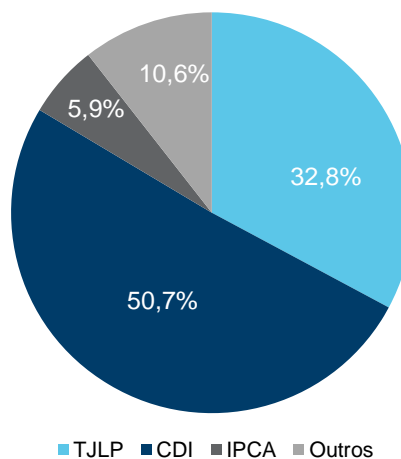
Abaixo é demonstrado o cronograma de amortização do endividamento e a composição pelas contratações e encargos.



Distribuição Contratação da Dívida  
1T14



Distribuição de Encargos da Dívida  
1T14



## Subsidiárias

Abaixo, destacamos as principais informações sobre as subsidiárias:

Subsidiária	Estado(s)	Entrada em Operação	RAP 2013/2014 (milhões)	Investimento Estimado (milhões)	Vencimento do Contrato	Composição Acionária
Interligação Elétrica Minas Gerais	Minas Gerais	Dez/08	R\$ 14,6	R\$ 143,0	Abr/37	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Pinheiros	São Paulo	(*)	R\$ 35,3	R\$ 407,1	Out/38	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Serra do Japi	São Paulo	Mar/12	R\$ 29,3	R\$ 182,2	Nov/39	CTEEP 100%
Evrecy	Minas Gerais Espírito Santo	Nov/08	R\$ 8,8	R\$ 63,1	Jul/25	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Norte e Nordeste	Tocantins	Jan/11	R\$ 33,6	R\$ 566,8	Mar/38	Isolux 50% CTEEP 25% CYMI 25%
Interligação Elétrica Sul	Rio Grande do Sul	(**)	R\$ 11,2	R\$ 241,9	Out/38	CTEEP 50% CYMI 50%
Interligação Elétrica Madeira	Rondônia / São Paulo	(***)	R\$ 434,0	R\$ 3.840,9	Fev/39	CTEEP 51% Furnas 24,5% Chesf 24,5%
Interligação Elétrica Garanhuns	Pernambuco	4º Trimestre 2014	R\$ 76,5	R\$ 743,2	Dez/41	CTEEP 51% Chesf 49%

(\*) **Lote H** - As subestações de Araras, Getulina e Mirassol entraram em operação em 05 de setembro de 2010, 10 de março de 2011 e 17 de abril de 2011, respectivamente.

**Lote E** - A subestação Piratininga entrou em operação em 26 de dezembro de 2011.

**Lote K** - A subestação Atibaia II (leilão 004/2008) entrou em operação em 08 de janeiro de 2013. A subestação Itapeti (leilão 004/2011) entrou em operação em 09 de agosto de 2013.

(\*\*) **Lote F** - A linha de transmissão Nova Santa Rita - Scharlau e a subestação Scharlau entraram em operação comercial em 06 de dezembro de 2010.

**Lote I** - A subestação Forquilha entrou em operação em 10 de outubro de 2011. A linha de transmissão Jorge Lacerda B - Siderópolis entrou em operação em 21 de agosto 2012. A linha de transmissão Joinville Norte - Curitiba possui a entrada em operação prevista para ocorrer no 2º trimestre de 2014.

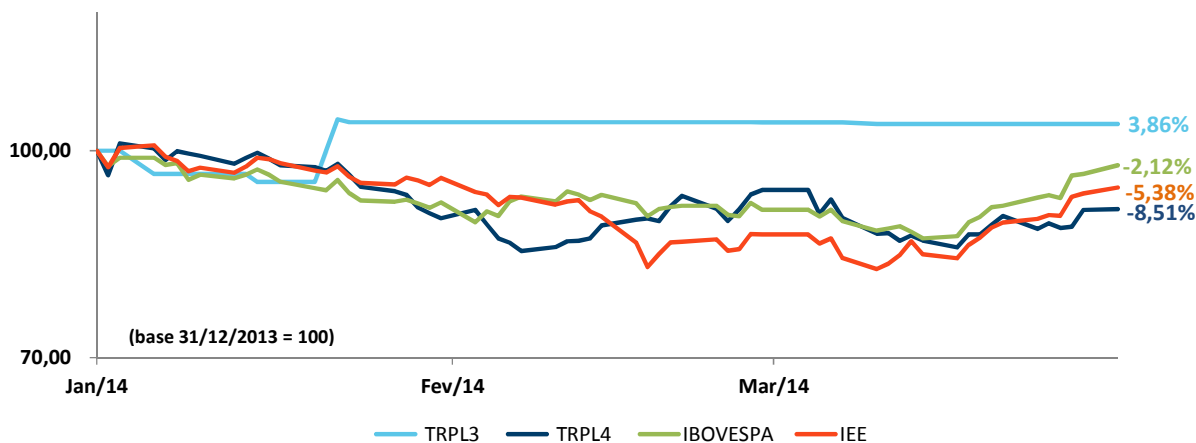
(\*\*\*) **Lote D** - Linha de transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara 2, entrou em operação comercial em 01 de agosto de 2013 (RAP de R\$233,2 milhões)

**Lote F** - Estação retificadora nº 02 CA/CC, 3150 MW; Estação Inversora nº 02 CC/CA, 2950 MW, possui previsão de entrada em operação para o segundo trimestre de 2014 (RAP: R\$200,8 milhões)

Em 12/05/2014 a subsidiária IE Madeira solicitou ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, com início em 12/05/2014, o Termo de Liberação para Testes – TLT, para as Estações Retificadora e Inversora da Concessionária (Lote F - Leilão 007/2008). A partir dessa data, o ONS tem a prerrogativa de dar partida a esses testes a qualquer momento, dependendo das condições sistêmicas que os permitam. Entretanto, mesmo que não haja possibilidade de executá-los, transcorridos 30 dias, ou seja em 12/06/2014, a IE Madeira deverá requerer o Termo de Liberação Parcial – TLP dessas Estações, o que lhe dá direito ao faturamento correspondente à Receita Anual Permitida – RAP, retroativamente a 12/05/2014.

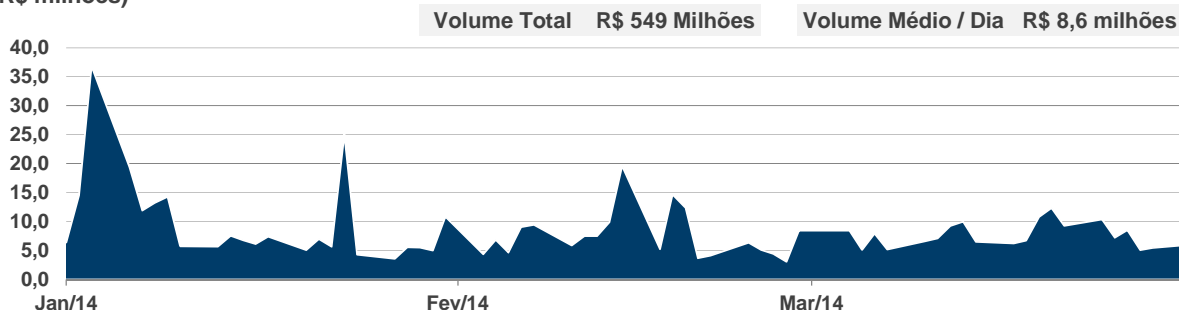
## Mercado de Capitais

As ações ordinárias e preferenciais da CTEEP (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4) encerraram o 1T14 cotadas a R\$ 45,70 e R\$ 24,63, respectivamente, o que representa uma variação de +3,86% e -8,51%, também respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2013. No mesmo período, o Ibovespa apresentou uma desvalorização de -2,12% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) desvalorizou-se -8,51%.



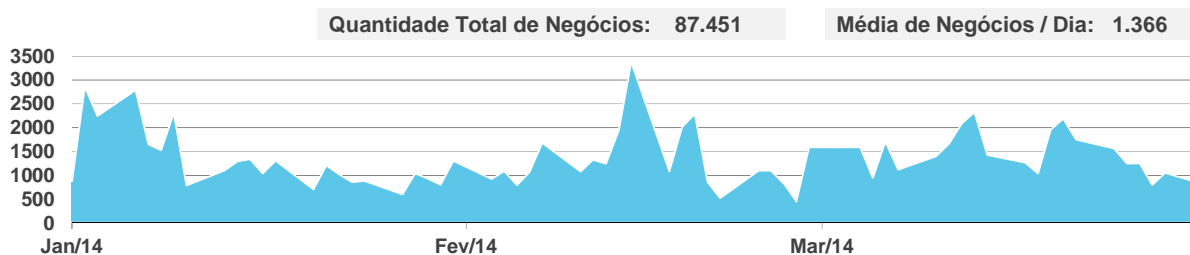
Durante o trimestre, as ações preferenciais da CTEEP apresentaram volume médio diário de negociação na BM&FBovespa de R\$ 8,6 milhões, o volume total negociado no ano foi de R\$ 549 milhões.

### Volume Financeiro Negociado até 31/03/2014 (R\$ milhões)



Com uma média diária de 1.366 negócios, as ações preferenciais da CTEEP atingiram 87.451 negócios no primeiro trimestre de 2014.

### Quantidade de Negócios até 31/03/2014 (unidades)



## Evento Subsequente

### ■ **Transferência Contrato 143/2001**

Em reunião realizada em 07 de abril de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, a transferência do Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 143/2001, através do aporte de seus ativos e operações relacionadas, para a sua subsidiária integral Interligação Elétrica Serra do Japi S.A, via aumento de capital, no valor de R\$ 42,9 milhões (base 31 de Dezembro de 2013) a ser confirmado em laudo de avaliação contábil elaborado por empresa especializada. A transferência está condicionada à anuência prévia da ANEEL – Agência Nacional e Energia Elétrica e será informada oportunamente.

### ■ **Início dos testes de operação das Conversoras da IEMadeira**

A subsidiária IE Madeira (51% CTEEP) solicitou ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, com início em 12/05/2014, o Termo de Liberação para Testes – TLT, para as Estações Retificadora e Inversora da Concessionária (Lote F - Leilão 007/2008). A partir dessa data, o ONS tem a prerrogativa de dar partida a esses testes a qualquer momento, dependendo das condições sistêmicas que os permitam. Entretanto, mesmo que não haja possibilidade de executá-los, transcorridos 30 dias, ou seja em 12/06/2014, a IE Madeira deverá requerer o Termo de Liberação Parcial – TLP dessas Estações, o que lhe dá direito ao faturamento correspondente à Receita Anual Permitida – RAP, retroativamente a 12/05/2014.

## Anexos

### ■ Anexo I – Balanço Patrimonial IFRS

Ativo (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/13
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.080	1.257	3.726	4.270
Aplicações Financeiras	486.805	578.547	498.446	595.756
Contas a Receber	695.250	677.053	768.014	749.388
Estoques	51.649	50.788	53.919	61.767
Tributos Correntes a Recuperar	61.185	70.507	63.538	72.765
Despesas Antecipadas	16.894	531	17.130	544
Instrumentos Financeiros Derivativos	0	0	0	0
Outros	94.775	92.590	112.444	105.677
	<b>1.407.638</b>	<b>1.471.273</b>	<b>1.517.217</b>	<b>1.590.167</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Contas a Receber	2.286.068	2.387.060	3.097.125	3.218.954
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	676.658	643.027	676.658	643.027
Benefício Fiscal - ágio incorporado	52.888	60.359	52.888	60.359
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	205.307	219.268	205.307	219.268
Cauções e Depósitos Vinculados	69.646	76.282	69.646	76.282
Estoques	51.689	47.748	51.689	47.748
Outros	9.747	11.752	22.303	23.453
	<b>3.352.003</b>	<b>3.445.496</b>	<b>4.175.616</b>	<b>4.289.091</b>
Investimentos	1.779.440	1.659.227	1.180.442	1.075.009
Imobilizado	13.259	10.370	13.259	10.370
Intangível	19.938	14.195	51.276	46.069
	<b>1.812.637</b>	<b>1.683.792</b>	<b>1.244.977</b>	<b>1.131.448</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>6.572.278</b>	<b>6.600.561</b>	<b>6.937.810</b>	<b>7.010.706</b>

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/13
<b>CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e financiamentos	153.324	153.134	193.158	192.811
Debêntures	190.557	184.884	190.557	184.884
Fornecedores	23.551	22.631	41.463	50.356
Tributos e Encargos sociais a recolher	16.427	17.909	18.882	20.131
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	14.161	13.915	14.161	13.915
Encargos Regulatórios a recolher	46.166	35.913	49.160	38.666
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	34.112	204.092	34.112	204.092
Provisões	19.208	26.981	20.036	27.997
Valores a Pagar - Fundação CESP	5.528	6.091	5.528	6.091
Instrumentos Financeiros Derivativos	0	0	0	0
Outros	7.124	13.863	13.570	20.329
	<b>510.158</b>	<b>679.413</b>	<b>580.627</b>	<b>759.272</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>Exigível a longo prazo</b>				
Empréstimos e Financiamentos	162.210	76.216	388.446	309.026
Debêntures	565.531	552.756	565.531	552.756
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	135.706	136.827	135.706	136.827
PIS e COFINS diferidos	59.081	54.968	95.866	117.860
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	32.005	34.547
Encargos Regulatórios a recolher	26.041	36.020	26.041	36.020
Provisões	120.986	127.861	121.023	127.898
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	24.053	24.053	24.053
	<b>1.093.608</b>	<b>1.008.701</b>	<b>1.388.671</b>	<b>1.338.987</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital Social	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
Reservas de Capital	1.364.907	1.364.907	1.364.907	1.364.907
Reservas de Lucros	1.516.874	1.516.874	1.516.874	1.516.874
Lucros/Prejuízos Acumulados	86.065	0	86.065	0
Proposta de distribuição de dividendo adicional	0	30.000	0	30.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	666	666	666
	<b>4.968.512</b>	<b>4.912.447</b>	<b>4.968.512</b>	<b>4.912.447</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>6.572.278</b>	<b>6.600.561</b>	<b>6.937.810</b>	<b>7.010.706</b>

■ Anexo II – Demonstração de Resultados IFRS (R\$ mil)

Demonstração de Resultado (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	1T14	1T13	Δ%	1T14	1T13	Δ%
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>226.337</b>	<b>195.893</b>	<b>15,5%</b>	<b>252.287</b>	<b>234.058</b>	<b>7,8%</b>
Deduções à Receita Operacional	(26.169)	(29.579)	(11,5%)	(27.000)	(33.240)	(18,8%)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>200.168</b>	<b>166.314</b>	<b>20,4%</b>	<b>225.287</b>	<b>200.818</b>	<b>12,2%</b>
Custos dos serviços de operação	(96.804)	(118.593)	(18,4%)	(104.636)	(142.978)	(26,8%)
<b>Resultado Bruto</b>	<b>103.364</b>	<b>47.721</b>	<b>116,6%</b>	<b>120.651</b>	<b>57.840</b>	<b>108,6%</b>
Outras Despesas Gerais e Administrativas	(31.717)	(36.534)	(13,2%)	(32.808)	(38.017)	(13,7%)
Outras Despesas Operacionais	(8.130)	(7.609)	6,8%	(8.130)	(7.609)	6,8%
Outras Receitas Operacionais	600	14.665	(95,9%)	600	14.668	(95,9%)
Resultado Equivalência	28.766	24.039	19,7%	15.163	20.760	(27,0%)
<b>Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>92.883</b>	<b>42.282</b>	<b>119,7%</b>	<b>95.476</b>	<b>47.642</b>	<b>100,4%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>14.069</b>	<b>43.600</b>	<b>(67,7%)</b>	<b>9.859</b>	<b>39.030</b>	<b>(74,7%)</b>
Receitas Financeiras	43.136	93.370	(53,8%)	43.871	93.677	(53,2%)
Despesas Financeiras	(29.067)	(49.770)	(41,6%)	(34.012)	(54.647)	(37,8%)
<b>Lucro operacional</b>	<b>106.952</b>	<b>85.882</b>	<b>24,5%</b>	<b>105.335</b>	<b>86.672</b>	<b>21,5%</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</b>	<b>(21.410)</b>	<b>(14.860)</b>	<b>44,1%</b>	<b>(19.793)</b>	<b>(15.650)</b>	<b>26,5%</b>
Corrente	(7.449)	(63.076)	(88,2%)	(8.374)	(63.712)	(86,9%)
Diferido	(13.961)	48.216	(129,0%)	(11.419)	48.062	(123,8%)
<b>Lucro/Prejuízo Consolidado do Período</b>	<b>85.542</b>	<b>71.022</b>	<b>20,4%</b>	<b>85.542</b>	<b>71.022</b>	<b>20,4%</b>

■ Anexo III – Fluxo de Caixa IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	1T14	1T13	1T14	1T13
<b>Caixa Líquido Atividades Operacionais</b>	<b>132.415</b>	<b>1.585.118</b>	<b>136.121</b>	<b>1.576.783</b>
<b>Caixa Gerado nas Operações</b>	<b>107.977</b>	<b>40.439</b>	<b>97.268</b>	<b>50.138</b>
Lucro Líquido	85.542	71.022	85.542	71.022
Depreciação e Amortização	2.018	1.820	2.018	1.820
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.961	(48.216)	11.419	(48.062)
Provisão para contingências	(6.875)	(3.505)	(6.875)	(3.505)
Valor residual de ativo permanente baixado	1	2	1	2
Amortização do ágio incorporado	7.471	7.472	7.471	7.472
Amortização do ágio Everecy	623	0	623	0
Reversão da provisão perda em Controlada	(600)	(605)	(600)	(605)
PIS e COFINS Diferidos	4.113	2.146	(21.994)	4.021
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	30.489	34.342	34.826	38.733
Equivalência Patrimonial	(28.766)	(24.039)	(15.163)	(20.760)
<b>Variações nos Ativos e Passivos</b>	<b>24.438</b>	<b>1.544.679</b>	<b>38.853</b>	<b>1.526.645</b>
Contas a receber	82.795	1.769.287	103.803	1.749.589
Estoques	(4.802)	(7.228)	3.907	(16.518)
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	(33.631)	(45.275)	(33.631)	(45.275)
Tributos e contribuições compensáveis	9.351	5.056	9.256	4.942
Cauções e depósitos vinculados	6.636	(1.716)	6.636	(1.716)
Despesas pagas antecipadamente	(16.363)	(15.590)	(16.586)	(15.628)
Outros	(180)	(3.205)	(5.617)	(7.342)
Fornecedores	920	(21.145)	(8.893)	(5.442)
Tributos e encargos sociais a recolher	(1.482)	(116.327)	(1.249)	(116.401)
Encargos regulatórios a recolher	(211)	(2.869)	30	(2.715)
Provisões	(7.773)	(8.069)	(7.961)	(7.932)
Valores a pagar - Fundação Cesp	(563)	(105)	(563)	(105)
Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	(3.520)	(3.312)	(3.520)	(3.312)
Outros	(6.739)	(4.823)	(6.759)	(5.501)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	<b>(10.380)</b>	<b>(1.399.033)</b>	<b>-3.699</b>	<b>(1.381.779)</b>
Imobilizado	(3.513)	(2.071)	(3.513)	(2.071)
Intangível	(7.138)	0	(7.225)	(1.308)
Investimentos	(91.470)	(21.150)	(90.270)	(2.550)
Aplicação Financeira	91.742	(1.375.812)	97.310	(1.375.850)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>(122.212)</b>	<b>(481.716)</b>	<b>-132.966</b>	<b>(491.296)</b>
Adições de empréstimos	124.468	200.000	124.468	200.000
Pagamentos de empréstimos (inclui juros)	(47.193)	(681.324)	(57.947)	(690.904)
Dividendos pagos	(199.487)	(6)	(199.487)	(6)
Instrumentos Financeiros Derivativos		(386)		(386)
<b>Varição de Caixa e Equivalentes</b>				
Aumento (diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(177)	(295.631)	(543)	(296.293)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.257	296.486	4.270	309.603
<b>Saldo Final de Caixa e Equivalentes</b>	<b>1.080</b>	<b>855</b>	<b>3.726</b>	<b>13.310</b>

■ Anexo IV - Composição do Endividamento CTEEP e Controladas (R\$ mil)

Fontes	Encargos	Vencimentos	1T14	2013
BNDES	TJLP + 2,3% ano	15/06/15	70.434	141.217
	TJLP + 1,8% ano	15/06/15	117.853	84.488
	TJLP + 1,8% ano	15/03/29	69.607	0
	3,50% a.a.	15/01/24	54.109	0
	4,00% a.a.	15/08/18	339	0
<b>Debêntures - CTEEP</b>				
1ª Série	CDI + 1,3% ano	15/12/14	167.102	162.518
2ª Série	IPCA + 8,1% ano	15/12/17	78.266	75.147
Série Única	116% CDI	26/12/18	510.720	499.975
<b>Outros - CTEEP</b>				
Eletrobras	8% ano	15/11/21	277	290
Arrendamento Mercantil	-	-	2.915	3.355
<b>TOTAL CTEEP:</b>			<b>1.071.622</b>	<b>966.990</b>
<b>BNDES</b>				
IEMG	TJLP + 2,4% ano	15/04/23	46.152	47.432
	TJLP + 2,6% a.a.	15/05/26	43.275	44.210
PINHEIROS	5,5% a.a.	15/04/21	68.577	71.128
	3,50% a.a.	15/04/23	16.451	16.502
	TJLP + 2,1% a.a.	15/02/28	7.347	7.303
SERRA DO JAPI	TJLP + 1,9% ano	15/05/26	45.197	46.083
	TJLP + 1,5% ano	15/05/26	39.071	39.829
<b>TOTAL SUBSIDIÁRIAS</b>			<b>266.070</b>	<b>272.487</b>
<b>Total Consolidado (R\$ mil)</b>			<b>1.337.692</b>	<b>1.239.477</b>

(\*)

Em abril de 2011, a CTEEP assinou o contrato de cédula de crédito bancária internacional com o Banco Itaú BBA Nassau, com a remuneração de variação cambial de dólar + 4% a.a. Com intuito de proteger a volatilidade da moeda e uma possível perda de variação cambial, houve a contratação de instrumento de Swap com o Banco Itaú BBA com o fator de correção a 103,50% do CDI. A operação tem o vencimento final em abril de 2013.

(\*\*) Em outubro de 2011, foi assinado o contrato de empréstimo externo de longo prazo com o Banco JP Morgan Chase, com remuneração de variação cambial de dólar + 2,1% a.a. Com intuito de proteger a volatilidade da moeda e uma possível perda de variação cambial, houve a contratação de Swap com o Banco JP Morgan com o fator de correção a 98,3% do CDI. A operação tem o vencimento final em outubro de 2013.

**Composição do Endividamento: Controladas em Conjunto – 31/03/2014 (R\$ milhões)**

Empresa	Fontes	Encargos	Vencimentos	Participação CTEEP
IE MADEIRA	ITAÚ BBA	IPCA + 5,5% a.a.	18/03/2025	193,8
IE MADEIRA	BNDES	TJLP + 2,42% a.a.	15/02/2030	796,8
IE MADEIRA	BNDES	2,5% a.a.	15/10/2022	120,0
IE MADEIRA	BASA	10% a.a.*	10/10/2032	145,4
<b>Total IE Madeira (51% CTEEP)</b>				<b>1.256,0</b>
IE NE	BB	CDI + 1,35% a.a.	04/05/2014	4,5
IE NE	BNB	8,50% a.a.*	19/05/2030	53,3
<b>Total IE NE (25% CTEEP)</b>				<b>57,8</b>
IE GARANHUNS	BNDES	TJLP + 2,05% a.a.	15/12/2028	93,2
IE GARANHUNS	BNDES	3,50% a.a.	15/08/2023	25,1
<b>Total IE GARANHUNS (51% CTEEP)</b>				<b>118,3</b>
IE SUL	BNDES	5,50% a.a.	15/01/2021	4,0
IE SUL	BNDES	3,00% a.a.	15/04/2023	5,4
IE SUL	BNDES	TJLP + 2,58% a.a.	15/05/2025	9,4
<b>Total IE SUL (50% CTEEP)</b>				<b>18,8</b>
<b>TOTAL (R\$ milhões)</b>				<b>1.451,0</b>

■ **Anexo V - Demonstração de Resultados Controladora Regulatório (Não auditado) X IFRS (R\$ milhões)**

A Companhia é remunerada com base na sua Receita Anual Permitida (RAP), estabelecida nos Contratos de Concessão e homologadas anualmente pela ANEEL. Para fins de comparação, apresentamos abaixo, resultados Regulatórios referentes ao 1T14.

DRE - IFRS vs Regulatório	IFRS	Regulatório	Ajustes	Descrição dos Ajustes e Reclassificações
CTEEP Controladora	1T14	1T14	R\$ MM	
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>226,3</b>	<b>181,8</b>	<b>44,5</b>	
Receita de uso da rede elétrica	-	175,8	(175,8)	O&M
Receita de construção	31,1	-	31,1	Adoção IFRIC 12
Receita de construção - melhorias	6,6	-	6,6	Adoção IFRIC 12
Receita de O&M	163,0	-	163,0	Reclassificação da receita de O&M e adoção do IFRIC 12
Receita financeira	19,5	-	19,5	Adoção IFRIC 12
Outras receitas	6,1	6,1	-	
Deduções da receita operacional	(26,2)	(22,1)	(4,1)	ajustes da receita
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>200,2</b>	<b>159,8</b>	<b>40,4</b>	
<b>Custos dos serviços de construção e de O&amp;M</b>	<b>(96,8)</b>	<b>(73,8)</b>	<b>(23,0)</b>	
Custo de Construção	(28,3)	-	(28,3)	Adoção IFRIC 12
Custo de melhorias	(6,0)	-	(6,0)	Adoção IFRIC 12
Custos de Operação e Manutenção	(62,6)	(73,8)	11,2	no SAP
<b>Despesas</b>	<b>(29,7)</b>	<b>(29,7)</b>	<b>-</b>	
Despesas gerais e administrativas	(29,7)	(29,7)		
Depreciação e Amortização	(2,0)	(4,5)	2,5	Adoção IFRIC 12
Resultado Financeiro	14,1	14,1	-	
Equivalência Patrimonial	28,8	(6,9)	35,7	Adoção IFRIC 12 das controladas
Amortização do ágio	(8,1)	(8,1)	(0,0)	
Outras receitas (despesas) operacionais	0,6	(0,8)	1,4	
<b>Lucro antes do IR &amp; CSLL</b>	<b>107,0</b>	<b>50,1</b>	<b>56,8</b>	
IR & CSLL	(21,4)	(14,2)	(7,2)	IR & CSLL diferidos sobre os ajustes do resultado
<b>Lucro Líquido</b>	<b>85,5</b>	<b>35,9</b>	<b>49,7</b>	
<b>EBITDA</b>	<b>103,0</b>	<b>48,6</b>	<b>54,4</b>	
<i>Margem EBITDA</i>	<i>51,5%</i>	<i>30,4%</i>		

■ Anexo V - Demonstração de Resultados Consolidado Regulatório (Não auditado) X IFRS (R\$ milhões)

DRE - IRFS vs Regulatório CTEEP Consolidado	IFRS 1T14	Regulatório 1T14	Ajustes R\$ MM	Descrição dos Ajustes e Reclassificações
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>252,3</b>	<b>203,9</b>	<b>48,4</b>	
Receita de uso da rede elétrica	-	198,6	(198,6)	receita de O&M
Receita de construção	34,1	-	34,1	Adoção IFRIC 12
Receita de construção - melhorias	6,6	-	6,6	Adoção IFRIC 12
Receita de O&M	168,1	-	168,1	de O&M e adoção do IFRIC
Receita financeira	38,2	-	38,2	Adoção IFRIC 12
Outras receitas	5,3	5,3	-	
Deduções da receita operacional	(27,0)	(23,7)	(3,3)	sobre os ajustes da receita
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>225,3</b>	<b>180,2</b>	<b>45,1</b>	
<b>Custos dos serviços de construção e de O&amp;M</b>	<b>(104,6)</b>	<b>(77,3)</b>	<b>(27,3)</b>	
Custo de Construção	(31,0)	-	(31,0)	Adoção IFRIC 12
Custo de melhorias	(6,0)	-	(6,0)	Adoção IFRIC 12
Custos de Operação e Manutenção	(67,7)	(77,3)	9,6	IFRS no SAP
<b>Despesas</b>	<b>(30,8)</b>	<b>(30,8)</b>	<b>-</b>	
Despesas gerais e administrativas	(30,8)	(30,8)	-	
Depreciação e Amortização	(2,0)	(10,4)	8,4	Adoção IFRIC 12
Resultado Financeiro	9,9	9,9	-	
Equivalência Patrimonial	15,2	(11,6)	26,8	Adoção IFRIC 12 das controladas
Amortização do ágio	(8,1)	(8,1)	(0,0)	
Outras receitas (despesas) operacionais	0,6	(0,8)	1,4	
<b>Lucro antes do IR &amp; CSLL</b>	<b>105,3</b>	<b>51,0</b>	<b>54,3</b>	
IR & CSLL	(19,8)	(15,1)	(4,6)	IR & CSLL diferidos sobre os ajustes do resultado
<b>Lucro Líquido</b>	<b>85,5</b>	<b>35,9</b>	<b>49,7</b>	
<b>EBITDA</b>	<b>105,6</b>	<b>59,7</b>	<b>45,9</b>	
Margem EBITDA	46,9%	33,1%		

## Anexo VI – Subsidiárias IFRS (R\$ mil)

\*As informações correspondem a 100% do saldo das subsidiárias e não a participação da CTEEP.

1T14								
Subsidiária	IEMG	Pinheiros	Serra do Japi	Evrecy	LENNE*	IESul*	IEMadeira*	IEGaranhuns*
Participação no Capital	100%	100%	100%	100%	25%	50%	51%	51%
<b>Contas Patrimoniais - posição em 31/03/2014</b>								
Ativos	169.794	512.948	246.250	47.075	652.084	269.477	4.778.603	621.520
Passivos	61.781	190.301	104.400	9.229	310.662	81.829	3.126.991	309.871
Patrimônio Líquido	108.013	322.647	141.850	37.846	341.422	187.648	1.651.612	311.649
<b>Contas de Resultado - posição acumulada 1T14</b>								
Receita Bruta	2.015	15.492	6.620	2.598	5.806	9.581	171.301	109.833
Receita Líquida	1.809	15.504	6.135	2.446	4.913	8.612	153.768	99.674
Custos e Despesas	(1.014)	(4.497)	(2.704)	(1.483)	(1.689)	(7.227)	(68.864)	(85.704)
Lucro/Prejuízo Líquido	(58)	11.040	1.690	931	(2.351)	192	28.860	6.836

## ■ Anexo VII – Contas à Receber

Contas a receber (ativos de concessão) é o valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica e inclui a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Companhia terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão. São remunerados pela taxa efetiva de juros apurada para cada contrato de concessão. Também faz parte do contas a receber (ativos de concessão) o O&M - Operação e Manutenção que refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias.

Contas a Receber (ativos de concessão) R\$ milhões	Controladora		Consolidado	
	1T14	2013	1T14	2013
<b>O&amp;M</b>	<b>91,0</b>	<b>75,9</b>	<b>102,1</b>	<b>86,5</b>
Contas a receber serviços de O&M (a)	91,0	75,9	102,1	86,5
<b>Ativo Financeiro</b>	<b>639,9</b>	<b>595,4</b>	<b>1.512,7</b>	<b>1.489,1</b>
Contas a Receber serviços de construção (b)	638,3	593,9	1.438,5	1.415,4
Contas a receber por reversão (c)	1,6	1,6	74,2	73,7
<b>Ativo Reversível - Lei 12.783</b>	<b>2.250,3</b>	<b>2.392,7</b>	<b>2.250,3</b>	<b>2.392,7</b>
Contas a receber (SE e NI) (d)	3.785,7	3.928,0	3.785,7	3.928,0
Provisão para redução ao valor de custo (d)	(1.535,3)	(1.535,3)	(1.535,3)	(1.535,3)
<b>Total</b>	<b>2.981,3</b>	<b>3.064,1</b>	<b>3.865,1</b>	<b>3.968,3</b>

(a) O&M - Operação e Manutenção referem-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias.

(b) Valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica até o término da vigência de cada um dos contratos de concessão, dos quais a Companhia e suas controladas são signatárias, ajustado a valor presente e remunerado pela taxa efetiva de juros.

(c) Contas a receber por reversão – refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final dos contratos de concessão vigentes e ao qual a Companhia e suas controladas terão direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência dos contratos de concessão.

(d) Contas a receber Lei nº 12.783 – refere-se ao valor a receber por reversão dos investimentos realizados e não amortizados do contrato de concessão nº 059/2001, subdividido em NI e SE:

- A reversão das instalações referente ao NI corresponde ao montante de R\$ 2.949,1 milhões, sendo R\$ 2.891,3 milhões referente ao Valor Novo de Reposição (VNR) apurado e R\$ 57,8 milhões referente à remuneração pelo IPCA+5,59% a.a., conforme determinado pela Portaria Interministerial nº 580. O equivalente a 50% desse montante foi recebido em 18 de janeiro de 2013 e os 50% restantes estão sendo recebidos em 31 parcelas mensais até 07 de julho de 2015.
- A reversão das instalações referente ao SE, ainda não divulgada pelo Poder Concedente, corresponde ao valor estimado dos investimentos pelo VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2012, que com base em laudo de avaliação independente, totaliza R\$ 3.026,3 milhões. A Companhia entende ter direito ao recebimento do valor apurado no referido laudo, entretanto, constituiu provisão para redução ao valor do custo de construção dessa infraestrutura, tendo em vista orientação da ANEEL conforme despacho nº 155 de 23 de janeiro de 2013 que indica a manutenção do mesmo até a sua homologação pelo órgão regulador.